

### Introdução

Há muito os sociólogos vêm pensando o universo dos estilos de vida do ponto de vista da estratificação social, esquadrinhando os possíveis vínculos entre os juízos de gosto e as estratégias distintivas vigentes nas relações de classe. Pensar o conjunto de preferências e práticas enquanto elemento constitutivo de barreiras simbólicas entre as pessoas – assente, portanto, sobre a distância e a exclusividade – é percorrer boa parte da história da Sociologia, do repertório clássico ao contemporâneo.

Em franco debate com a teoria marxista das classes sociais, Max Weber fez da categoria estilo de vida um princípio altamente distintivo de classificação social, reivindicando a autonomia dos princípios classificatórios de ordem cultural diante das classificações de ordem material. A preocupação weberiana em distinguir “classe” e “grupo de *status*” acentua respectivamente os aspectos econômico e simbólico da realidade social, aspectos que sempre coexistem em todas as sociedades, ainda que a importância relativa de cada um deles dependa das características específicas de cada contexto histórico (Weber, 2000, p. 185). Mas mesmo sublinhando que o mercado e seus “interesses funcionais” nada sabem sobre as questões de honra e prestígio, Weber (p. 180) não só não deixa de afirmar que a propriedade, como tal, “nem sempre, mas com regularidade extraordinária, adquire, a longo prazo, também significação estamental”, como destaca que muito embora possuidores e não-possuidores possam pertenc-

er ao mesmo estamento, esta “igualdade” de avaliação social pode se tornar precária a longo prazo.

Quando analisa os privilégios de *status*, Weber (p. 183) sublinha que “praticamente considerada, a diferenciação estamental coincide, por toda parte, com uma monopolização de bens ou oportunidades ideais e materiais”, e que, junto de honras estamentais e vantagens honoríficas específicas, existem monopólios materiais de toda espécie que “contribuem, por sua natureza, com os motivos mais eficazes para a exclusividade estamental, ainda que raramente sejam sua fonte única” (*idem, ibidem*). E se desde sempre a estratificação por *status* caminhou de mãos dadas com uma monopolização de bens ou oportunidades materiais, hoje a importância da situação de classe na formação dos estamentos “é amplamente decisiva, pois, de forma natural, a possibilidade de uma condução da vida ‘estamentalmente’ adequada costuma estar condicionada, entre outras coisas, por fatores econômicos” (*ibidem*).

O empenho de Weber em distinguir “classe” e “grupo de *status*” e, simultaneamente, estabelecer pontos de contato entre as duas categorias se prolonga na forma como Pierre Bourdieu concebe o conflito social. Considerando que “entre os operários e os funcionários, passa uma verdadeira fronteira, pelo menos na ordem do estilo de vida” (Bourdieu, 1994, p. 105), ou ainda que “as oposições entre as classes se exprimem tanto no uso da fotografia ou na quantidade e qualidade das bebidas consumidas quanto na preferência em matéria de

pintura ou de música” (p. 84), Bourdieu retém a ideia weberiana de que os agentes se diferenciam de acordo com o consumo de bens que orienta estilos de vida específicos, e entende que o conflito social seja multidimensional (e não apenas concernente à esfera produtiva). Afastando-se, como Weber, do economicismo, Bourdieu reivindica a autonomia relativa das lutas simbólicas, nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e dos princípios de hierarquização vigentes no interior de cada campo e entre os vários campos sociais.

Mas ainda que a ênfase nas dimensões simbólicas do conflito social aproxime Weber e Bourdieu, há que se ter claro uma diferença que me parece importante. Enquanto o primeiro associa idealmente “estilo de vida” a estamentos, a grupos endogâmicos que boicotam os princípios classificatórios eminentemente econômicos, Bourdieu insistirá que, na sociedade de classes, onde *em tese* a propriedade e o mercado seriam os critérios fundamentais de classificação social (Ianni, 1978), as classes e frações de classe estão elas mesmas separadas por categorias socioculturais e, no caso, por estilos de vida divergentes. Nas palavras do autor, “a intolerância estética gera violências terríveis. A aversão pelos estilos de vida diferentes é sem dúvida uma das mais fortes barreiras entre as classes” (Bourdieu, 1979, p. 60). Dizer, como vimos acima, que tanto o uso da fotografia quanto a qualidade de bebidas consumidas refletem “as oposições entre as classes” é afirmar, de forma mais explícita do que Weber, um entrecruzamento inequívoco entre as categorias classe e grupo de *status*.

Em *La distinction: critique sociale du jugement*, Bourdieu (1979) afirma que o gosto é um indicador muitas vezes negligenciado pelos especialistas em estratificação social, sendo por isso mesmo o terreno por excelência da negação do social. Segundo o autor, as definições dominantes do que vem a ser “bom gosto” e consumo cultural “legítimo” tomaram tais

disposições por princípio de aplicação universal, consagrando os “dons” supostamente “naturais” daqueles que estão liberados das urgências materiais, que são mais escolarizados e que vieram dos meios mais cultivados. Na contramão desse processo de naturalização de condições sociais específicas, Bourdieu tenta mostrar, ao longo dessa e de outras obras (Bourdieu *et al.*, 1965; Bourdieu e Saint Martin, 1976; Bourdieu e Darbel, 2003), as condições nas quais são produzidos os consumidores de bens culturais e seus gostos, mostrando como as diferentes “maneiras”, pelas condições econômicas e culturais que pressupõem, estão estreitamente ligadas aos sistemas de disposições característicos das diferentes classes e frações de classe.

O gosto classifica e classifica aquele que classifica: os sujeitos sociais se distinguem pelas distinções que eles operam, entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar, e onde se exprime ou se traduz sua posição nas classificações objetivas. E em função disso, a análise estatística mostra, por exemplo, que as oposições de mesma estrutura que aquelas que podem ser observadas em matéria de consumo cultural se encontram também em matéria de consumo alimentar: a antítese entre a quantidade e a qualidade, o prato cheio e os pratos leves, a substância e a forma ou as formas, recobre a oposição, ligada às diferentes distâncias em relação à necessidade, entre o gosto de necessidade, que se volta às comidas ao mesmo tempo mais calóricas e mais econômicas, e o gosto de liberdade – ou de luxo – que, em oposição ao desimpedido comer popular, conduz a deslocar a ênfase da matéria na direção da maneira (de apresentar, servir, comer etc.), por um partido de estilização que exige que a forma ou as formas operem uma denegação da função (Bourdieu, 1979, p. VI).<sup>1</sup>

Além da obra de Bourdieu, na qual as práticas culturais constituem dimensão essencial na conformação das classes (Joppke, 1986), há um número considerável de trabalhos que, de maneira menos sistemática, recupera o conflito social em suas dimensões culturais, rejeitando uma forma por demais objetivista de enxergar a realidade, como se nesta as classes não fossem mais do que conjuntos de posições socioeconômicas.<sup>2</sup>

As distinções culturais de classe constituíram objeto privilegiado de análise em *A barreira e o nível: retrato da burguesia francesa na passagem do século*, de Edmond Goblot (1989), hoje um clássico em meio aos estudos empenhados em desvelar as dimensões simbólicas do conflito social. Quando trata da educação intelectual da burguesia francesa e da controversa divisão entre a instrução científica “prática e utilitária” e os estudos de “cultura geral”, Goblot insiste em que, sob uma aparente questão pedagógica, existe, inegavelmente, uma questão de classe social, uma vez que a defesa da tradição humanista de aprendizagem desinteressada foi desde sempre um instrumento nas mãos de burgueses interessados em manter em pé a “barreira” que os distinguia do povo. Para o autor, a defesa do latim pela alta burguesia “não deve ter outro motivo, mesmo que o neguem, a não ser o de manter entre as classes sociais esta distinção bem nítida, fácil de reconhecer: de um lado, os que não sabem latim, do outro – não vou dizer os que o sabem – mas os que o aprenderam” (Goblot, 1989, p. 93).<sup>3</sup>

Sublinhando a sintonia fina entre as escolhas indumentárias e as trajetórias sociais, a socióloga brasileira Gilda de Mello e Souza (2001), já em 1950, tratou dessa espécie de “luta surda e subterrânea dos grupos”, ao ver na vestimenta, nas maneiras, na linguagem e na distribuição do espaço geográfico, uma expressão concreta de certos afastamentos e contrastes que correm no bojo da sociedade. Certa de que, nas sociedades em que as classes se

encontram separadas por estilos de vida diversos, a distinção entre elas se faz menos em função de sua riqueza que pela forma como esta é utilizada, Gilda de Mello e Souza mostra como num momento de afrouxamento das barreiras – como quando o espartilho rompe em 1830 o círculo dos elegantes – os grupos dominantes não renunciam com facilidade a uma posição longamente ocupada e, diante da ascensão de grupos economicamente fortes, descobrem “um meio eficiente de combater a lenta absorção de seus elementos distintivos” (Mello e Souza, 2001, p. 134). Assim, quando a emergente começa a ofuscar a dama exemplar pela posse de vestidos luxuosos “uma nova barreira se interpõe entre as classes, ainda mais difícil de transpor que a antiga, pois já não se apoia na ostentação da riqueza, mas no polimento das maneiras, na composição elaborada dos gestos, enfim, no elemento dinâmico da moda. A distinção econômica do luxo cede lugar à distinção estética da elegância” (*idem, ibidem*).

Outro trabalho ocupado em sublinhar o quanto os agentes sociais diferenciam-se a partir do consumo de bens que orienta estilos de vida específicos é *A nova classe média (white collar)* (1969), que Wright Mills fez vir a lume em 1951. Questionando os critérios de estratificação social exclusivamente econômicos, Mills pondera que um dos atributos mais típicos da categoria *white collar* – isto é, dos trabalhadores não empenhados diretamente na produção de bens, que recebem um salário mensal e usam roupas de passeio no desempenho de suas atividades profissionais – é o prestígio advindo do aspecto exterior que apresentam. Mas aqui, como nos demais estudos citados acima, o universo das honrarias coincide, em alguma medida, com certa estrutura de relações de classe: “As reivindicações de prestígio fundamentam-se no consumo; mas, como o consumo é limitado pela renda, a situação de classe e a posição de prestígio se entrecruzam” (Mills, [1951] 1969, p. 259).

De forma mais explícita do que Mills, o sociólogo francês Luc Boltanski empenhou-se em mostrar como os cuidados com a “apresentação de si” e o consumo médico associam-se profundamente a específicos *habitus* de classe. Baseado em entrevistas realizadas na França, entre 1967 e 1968, Boltanski concluiu que “o interesse e a atenção que os indivíduos concedem ao próprio corpo, ou seja, à sua aparência, agradável ou desagradável e, por outro lado, às suas sensações físicas, de prazer ou desprazer, cresce quando eles se elevam na hierarquia social” (Boltanski, 2004, p. 135). Nessa linha de juízo, registra “as mulheres das classes populares maquiavam-se menos que as mulheres das outras classes e vão muito menos ao cabeleireiro” (p. 139). Em lugar de ver nessas diferenças apenas o resultado de coerções econômicas, este autor atenta para a existência de uma “moral de classe”, ou seja, para

[...] as regras e os valores que, em cada classe social, regem a relação que os indivíduos mantêm com seu corpo: assim, é menor o número de mulheres das classes populares a se declararem de acordo com a afirmação de que “uma mulher deve fazer o máximo para cuidar e manter seu rosto e seu corpo” e a declararem que gostariam, se pudessem, de consultar uma esteticista (*idem*, p. 139).

As práticas alimentares constituem outra dimensão do estilo de vida que alguns estudiosos julgaram assentada na história social de seus portadores. Quando discorre sobre a dieta dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial, E. P. Thompson (1988) evoca as representações socioculturais subjacentes aos hábitos alimentares populares, mostrando como o pão branco era um símbolo de *status* para o povo, ao passo que a batata, independentemente de suas eventuais virtudes nutricionais, era alimento profundamente desvalorizado no imaginário popular.

Os especialistas em nutrição podem atestar, hoje, as virtudes da batata: certamente, a adição da batata à dieta, tornando-a mais variada, num momento em que o padrão de vida subisse o suficiente para permiti-la, representava um avanço. Contudo, a substituição do pão e da farinha de aveia pela batata era considerada uma degradação. Os imigrantes irlandeses e sua dieta de batatas (Ebenezer Elliott chamou-os de “hordas alimentadas por raízes da Irlanda”) serviam como uma prova significativa, e muitos ingleses concordaram com Cobbett de que havia uma conspiração contra os pobres, para reduzi-los ao nível dos irlandeses [...] A carne, como o trigo, envolvia uma questão de *status* que suplantava seu simples valor alimentar. O Roast Beef na velha Inglaterra era o orgulho dos artesãos e a aspiração do trabalhador (Thompson, 1988, p. 180).

Outra análise demonstrativa de como todo um universo de valores e interesses sociais pode dar-se a ver através dos consumos alimentares foi encaminhada por Maurice Halbwachs<sup>4</sup> que, discutindo as teorias nutricionais de sua época, apontou para a importância de se avaliar aquilo que “o operário pensa quando ele vai se alimentar”: “bem mais do que uma quantidade dada de carbono, de gordura e de albumina, é a representação complexa de uma satisfação (onde entram, como veremos, mais elementos sociais) que ele evoca, a propósito de tais pratos, de tais alimentos” (Halbwachs *apud* Poulain, 2004, p. 178).

Assim, muito embora a variedade de objetos e de abordagens a partir dos quais os autores discutidos acima procuram tecer considerações a respeito do mundo social, pode-se dizer que todos estão de acordo na sugestão de que a fruição de bens (culturais ou não) tende a expressar os sistemas de disposições característicos dos diferentes segmentos sociais.<sup>5</sup>

O tratamento das classes como agentes de cultura e não apenas agentes socioeconômicos contribui para que se conheça melhor aquilo que muitos especialistas em estratificação social tendem a deixar de lado: os aspectos especificamente culturais da desigualdade social.<sup>6</sup>

### Contraponto

Tendo em vista que todo tema encerra um espaço de possíveis intelectuais, a exposição de abordagens convergentes não me isenta da tarefa de discorrer sobre os debates que tais teses suscitam. Desse modo, se todos os autores comentados até aqui sugerem a especificidade dos gostos próprios aos diferentes grupos sociais, há que se confrontar agora esses estudos com algumas análises da Sociologia da cultura contemporânea, que tende, justamente, a impor restrições à tradição mais antiga (e predominantemente europeia) que acaba de ser exposta.<sup>7</sup>

Contrapondo-se abertamente ao que anuncia ser a perspectiva de Bourdieu, John Hall (1992) insiste em que nem todas as distinções na ordem dos estilos de vida dependem da classe social. Para Hall, Bourdieu trata a classe como a base fundamental das distinções de *status*, esquecendo-se de que as distinções de classe da cultura são mediadas por outras barreiras socialmente construídas, como as de idade, etnicidade, gênero e localização geográfica. Nessa linha de juízo, a análise dos estilos de vida não deveria priorizar uma única variável analítica, exatamente o que considera que o autor de *La distinction* teria feito.

Bourdieu deu pouca atenção às distinções que não fossem de classe. Ele tende a ver gênero em termos de classe, por exemplo, apontando para diferenças de classe nas atitudes das mulheres em relação ao trabalho (1984, p. 178). Essa abordagem deriva do seu argumento de que outras bases

de divisão social – tais como idade, sexo e etnicidade – são “secundárias” à classe: “Os princípios secundários de divisão... indicam linhas potenciais de divisão com base nas quais um grupo socialmente percebido como unitário pode fragmentar-se, mais ou menos profundamente e permanentemente... grupos mobilizados com base num critério secundário (tal como idade e sexo) tendem a estar reunidos menos permanentemente e menos profundamente do que aqueles mobilizados a partir dos determinantes fundamentais [p.ex. classe] de sua condição (1984, p. 107)” (Hall, 1992, p. 267).

E no mundo pós-Guerra Fria, diz Hall (1992, pp. 277-78), as distinções culturais não baseadas nas diferenças de classe tendem a ser ainda mais duradouras:

[...] as nuances de como o *habitus* pode ser configurado pelo gênero, pela etnicidade e pela identidade religiosa são tão fortemente formadas quanto as distinções de classe. Se a educação escolar pode compensar parcialmente os traços de classe incorporados num *habitus*, ela pode provavelmente fazer menos no sentido de mudar certas disposições culturais de gênero, etnia e religião de um indivíduo.<sup>8</sup>

David Halle (1992) é outro sociólogo norte-americano a questionar a ideia de que a disposição estética dá a ver um *habitus* de classe. Em estudo sobre o público consumidor de arte abstrata em Nova Iorque, Halle concluiu não ser possível afirmar que o consumo “legítimo” desta arte “não-representacional” seja específico das classes mais bem dotadas de capital cultural, nem apresentar o consumo de arte para fins puramente decorativos como próprio às classes mais desguarnecidas culturalmente. Para Halle (1992, p. 146), isso importaria reparos aos

estudos que, como os de Bourdieu, propõem diferenças de classe na forma como os bens artísticos são apropriados:

Todo mundo (a classe trabalhadora, a classe média e a alta classe média) exhibe motivos puramente decorativos – linhas, cores e assim por diante – em suas casas [...] Assim, mudar de uma cultura de gosto para outra pode não exigir um treino cultural elaborado; ao contrário, pode ser um simples passo, envolvendo pouco mais do que a decisão de usar arte abstrata em decoração.

Passando em revista os argumentos dos proponentes do chamado “pós-modernismo”, Mike Featherstone argumenta que está se deixando de focalizar o estilo de vida com base nas relações de classe. Certo de que se verifica um embaçamento de fronteiras entre os sentidos antropológico e sociológico de cultura, no qual todo objeto ou experiência poderia ser tido como de interesse cultural, Featherstone afirma que disso decorre “um desvio na atenção, que passou da concepção de estilos de vida como conjunto relativamente fixo de disposições, gostos culturais e práticas de lazer que demarcam fronteiras entre os grupos, para a suposição de que, na cidade contemporânea, os estilos de vida formam-se de maneira mais ativa” (Featherstone, 1995, p. 136).

O fecho desse exame de confronto bibliográfico exige um posicionamento diante de semelhante contenda e, também, uma qualificação mais precisa do modo como a “posição de classe” – ou melhor, “*habitus* de classe” – aparece nos estudos sobre as esferas do gosto encaminhados por Pierre Bourdieu, uma vez que é com ele que dialogam diretamente todos os autores que negam os vínculos significativos entre estilos de vida e classe social ou que, na melhor das hipóteses, rejeitam a proposição de que o *habitus* de classe seja a influência preponderante na conformação social dos juízos de gosto.<sup>9</sup>

## Sistemas de Classificação e Classes Sociais

Conforme dito antes, este ponto da discussão exige uma tomada de posição, no mínimo porque, se é legítimo fazer críticas, não é menos razoável fazer a crítica da crítica (a menos que se estime que toda crítica é, em si, louvável, e toda crítica da crítica um sinal de imobilismo intelectual ou adesão cega à abordagem inicialmente criticada). Como afirmou Louis Pinto (2006) em texto de combate, as vertentes pós-modernistas radicais enunciam uma intransigente e irreversível escatologia, segundo a qual a realidade teria se tornado de tal forma complexa, “plural”, que só poderia ser apreendida, em quaisquer de seus domínios, a partir da substituição completa dos clássicos instrumentos de análise sociológica. Nesse contexto de reivindicação da ilimitada e inesgotável complexidade do “indivíduo”, a Sociologia dos grupos, especialmente a Sociologia das classes, haveria que humilde e gentilmente sair de cena.<sup>10</sup>

Parecendo ceder a essa “boa causa do momento”, o estudo de David Halle sobre a fruição da arte abstrata acaba por situá-lo entre os que afirmam a participação indiscriminada num repertório cultural comum. Ocorre que, ao contrário de Halle, que se fiou em respostas isoladas recolhidas ao longo de uma entrevista sobre uma prática cultural bastante específica, Bourdieu sugeriu as especificidades dos juízos de gosto os mais diversos segundo as classes e frações de classe a partir de um amplo e convergente conjunto de indicadores, o que por si só minaria qualquer pretensão, e não apenas da parte de Halle, de “impor restrições” aos achados de *La distinction*.

O gigantesco e redundante volume de obras voltadas à crítica das pesquisas sobre as práticas culturais dos franceses encaminhadas por Bourdieu e sua equipe parecem, com efeito, fabricar um falso problema.<sup>11</sup>

É desse mal que também padece, a meu ver, o trabalho de Laurent Fleury (2004) sobre o Théâtre National Populaire (TNP), dirigido por Jean Vilar entre 1951 e 1963. Tal como Halle, Fleury se ateu a uma prática cultural exclusiva – a ida ao teatro – e, mais do que isso, a uma gestão específica de um único teatro. A partir disso, concluiu ser possível, contrariamente ao que mostraram as análises de Bourdieu, identificar centros culturais que teriam definido um espaço de abolição, mais do que de exacerbação, das diferenças sociais.

O caráter de exceção – e até “utópico”, para empregar os termos do texto – representado pelas práticas dessacralizadas e antiburguesas de acolhida do público implementadas pelo TNP, reconhecido pelo próprio autor, não o impede, contudo, de atribuir à “sociologia da cultura francesa dos anos 1960” uma espécie de má vontade democrática movida por um ceticismo inebriante. Reconhecer que a política Jean Vilar, declaradamente voltada à “conquista sistemática do público popular”, rompeu com os “rituais intimidantes do teatro burguês” é uma coisa. Outra muito diferente é dizer que a “Sociologia da cultura francesa dos anos 1960”, de tanto insistir nas “características sociodemográficas do indivíduo”, só viu o teatro como palanque de distinções, e, assim, negligenciou a especificidade da relação com o teatro que “reside, ao contrário, na suspensão, *certamente momentânea*, desses atributos” (Fleury, 2004, p. 127). Não consigo ver em que medida uma experiência excepcional – cuja característica temporária é lembrada pelo próprio autor – invalidaria a tese de que existem taxas socialmente diferenciais de frequência dos teatros que são, eles mesmos, desigualmente importantes. Ademais – e como o autor admite em referência a estudos contemporâneos –, essa distinta dispersão social dos fruidores dos bens de cultura mantém-se atualmente vigorosa (Donnat, 1998).<sup>12</sup>

Não menos redundante é a crítica de que é sempre interessante priorizar mais de uma

variável de análise. Tomarei, a título de exemplo, a crítica supracitada de John Hall que, exigindo uma abordagem “não-holística” das distinções sociais, pretende equivaler todas as variáveis de análise (classe, gênero, idade, localização geográfica, etnicidade), como se não houvesse relação de subordinação alguma entre cada uma delas.<sup>13</sup>

Quem leu bem *La distinction* sabe que seu autor não deixou de tratar das barreiras de gênero, mas, tão-somente, mostrou como as divisões de poder entre os sexos não podem ser pensadas independentemente das divisões de poder entre as classes. Ao longo de todo o segundo capítulo, Bourdieu insiste que, para além dos determinantes fundamentais das condições de existência, há que se levar em conta o conjunto das características secundárias (sexo, etnia, idade, local de moradia etc.) constitutivas da posição social sem, contudo, esquecer que esses vários fatores possuem pesos diferentes e, assim, relacionam-se de forma hierárquica.

[...] esses princípios de divisão são eles mesmos hierarquizados e os grupos mobilizados em função de um critério secundário (como o sexo e a idade) têm todas as chances de se unirem por afinidades e solidariedades menos duráveis e menos profundas do que os grupos mobilizados em função dos determinantes fundamentais da condição (Bourdieu, 1979, p. 118).

Em estudo sobre a crise da sociedade camponesa do *Béarn*, Bourdieu (2002, p. 196) mostra que o “casar para cima”, profundamente ameaçador para os homens, é uma evidência inequívoca de como a análise das posições ocupadas no espaço social é uma condição prévia do exame das relações de força entre os sexos:

[...] a sociedade do Béarn sugere que a sociologia da família, tão frequentemente entregue aos bons sentimentos, poderia ser

um caso particular da sociologia política: a posição dos cônjuges nas relações de força domésticas e, para falar como Max Weber, suas chances de sucesso na concorrência pela autoridade familiar, isto é, no monopólio do exercício legítimo do poder nos assuntos domésticos, nunca é independente do capital material e simbólico (cuja natureza pode variar segundo as épocas e as sociedades) de que eles puderam dispor.

E se não é possível aceitar a mera justaposição das variáveis de análise, há que se recusar, na mesma medida, toda sorte de nominalismo, insistindo na pluralidade das vias de acesso a uma posição social que, por sua vez, deve ser sempre e invariavelmente analisada no interior de um determinado campo. Ao sugerir os vínculos entre os *habitus* de classe e os estilos de vida, Bourdieu está bem longe de afirmar que as práticas de consumo só dependem do cabedal socioeconômico. Isso porque o capital cultural é, junto do econômico, o que ele chama de “os dois grandes princípios de organização do espaço social”.

Como o ser segundo Aristóteles, o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos: ele pode ser praticamente percebido, dito, construído, segundo diferentes princípios de visão e de divisão – por exemplo, as divisões étnicas –, dando-se por entendido que os reagrupamentos na estrutura do espaço construído na base da distribuição do capital apresentam maiores probabilidades de serem estáveis e duradouros e que as outras formas de reagrupamento estarão sempre ameaçadas pelas cisões e oposições ligadas às distâncias no espaço social. Falar de um espaço social é dizer que não se pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais,

sobretudo econômicas e culturais (Bourdieu, 1998, p. 137).<sup>14</sup>

Nessa abordagem que acentua a multidimensionalidade das formas de riqueza, os agentes diferenciam-se não apenas pelo *volume* de seu capital, mas também pela *estrutura* (composição) do mesmo, ambos apreendidos sincronica e diacronicamente. Isso quer dizer que, no interior de todas as “classes”, estabelecem-se oposições entre as frações mais ricas em capital cultural e mais pobres em capital econômico – e entre as frações que detêm um patrimônio inverso –, bem como entre as estabelecidas e as recém-chegadas a essas posições.

Esse espaço multidimensional construído em função do *volume*, da *estrutura* e da *evolução no tempo* dos capitais rejeita também a representação de uma escala de estratos sociais não-antagonistas – que não faria mais do que constatar, sincronicamente, o estado das distribuições – para, em lugar disso, acentuar o quanto todas as classes e frações de classes estão permanentemente envolvidas em lutas distributivas e classificatórias tão dinâmicas quanto impiedosas. Nessa linha de juízo, é de pouca valia um conceito de classe que não seja mais do que uma soma de propriedades (como sexo, idade, etnia etc.), ou então uma cadeia de propriedades ordenadas a partir de uma propriedade fundamental (como a posição nas relações de produção), numa relação de causa-efeito. Há que se tentar, em lugar disso, *construir uma classe social a partir da estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes*, a qual confere a cada uma delas e aos efeitos que exerce sobre as práticas o seu valor próprio.<sup>15</sup>

Como avaliou Klaus Eder (2002, p. 113), uma das grandes mudanças operadas por Bourdieu na teoria tradicional de classe consiste em que “a identificação da presença social de classes não depende mais da consciência de classe. Depende apenas do código cultural de uma ação de classe e ocorre, sobretudo, de forma

inconsciente”. A integração da esfera da cultura na estruturação das relações (e das lutas) de classe é externalizada pelo próprio Bourdieu (1979, p. 564):

Uma classe social é definida pelo seu *ser-percebido* tanto quanto pelo seu ser, pelo seu consumo – que não precisa ser ostentatório para ser simbólico – quanto pela sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta comanda aquela). A visão berkeleyana – isto é, pequeno-burguesa –, que reduz o ser social ao ser percebido, ao parecer, e que, esquecendo-se de que não é necessário produzir representações (teatrais) para ser objeto de representações (mentais), reduz o mundo social à agregação das representações (mentais) que os diferentes grupos fazem das representações (teatrais) oferecidas pelos outros grupos, tem o mérito de lembrar a autonomia relativa da lógica das representações simbólicas com relação aos determinantes materiais da condição: as lutas das classificações, individuais ou coletivas, que visam transformar as categorias de percepção e apreciação do mundo social e, através disso, o próprio mundo social, são uma dimensão esquecida da luta das classes.

Ao explorar exaustivamente as dimensões “esquecidas” do conflito de classe, a Sociologia de Bourdieu se afasta do esquema clássico de estratificação social e da representação unidimensional do mundo social que lhe é subjacente, sem resvalar, contudo, numa perspectiva unilateral oposta: a que vê as classes sociais das sociedades modernas quase que exclusivamente como grupos culturais.

A clássica definição de Shils (1975, p. 249) de que “classe designa um agregado de pessoas que, numa sociedade, possui aproximadamente o mesmo *status*” é a condensação expressiva do conjunto de estudos sobre estratificação

social encaminhado pelo chamado funcionalismo normativo norte-americano, no qual a categoria classe é por assim dizer subsumida no conceito de *status*, emergindo especialmente por meio dos processos coletivos de deferência e reprovação.<sup>16</sup>

Enquanto para Bourdieu deve-se evitar não apenas as teorias exclusivamente materialistas das classes sociais, mas também as visadas tão-somente subjetivistas – “[...] que reduzem a ‘ordem social’ a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes se classificam e classificam os outros” (Bourdieu, 1979, p. 563) –, em Warner, o pertencimento de classe advém, sobretudo, das avaliações subjetivas que as pessoas fazem umas das outras em seus encontros diários, numa abordagem que focaliza os processos culturais de divisão de *status* e negligencia os conflitos distributivos de ordem econômica.

Não houve a tentativa de pesar a importância relativa de classe e *status* na formação da classe social e certamente não se tentou atribuir primazia à classe. Fatores “econômicos” foram tratados, tal como foram por Parsons, como categorias residuais na estratificação social. O trabalho de Warner foi uma aplicação da ideia de que a avaliação de *status* era central para a estratificação social e de que as classes sociais das sociedades modernas eram, fundamentalmente, grupos culturais (Scott, 1996, p. 111).

A esse respeito, o bem-humorado comentário de Yves Winkin (1988) sobre as influências teóricas que teriam pesado sobre a dissertação de mestrado de Erving Goffman – a saber, *Symbols of class status* – é emblemático dessa abordagem em que a classe reduz-se às classificações que as pessoas fazem umas das outras, e na qual, num supremo relativismo, todos os fatores

constitutivos da posição social parecem se equivar num conjunto meramente superposto.

Em Chicago, Birdwhistell trabalha sob a direção de Lloyd Warner, um antropólogo que dirige um vasto estudo sobre uma cidadezinha de Massachusetts, que ele chamará “Yankee City” numa série de cinco livros publicados entre 1941 e 1959. Sua análise da comunidade se assenta numa concepção da “estratificação social” constituída de três classes (baixa, média e alta), cada uma delas dividida em duas (alta, baixa). E o pertencimento a um desses estratos é determinado através de uma combinação de seis características (profissão, montante de renda etc.), incrementada por uma profusão de indícios de “estilo de vida”, que vão do número de quartos à cor das cortinas da sala. Voltemos agora ao jovem Birdwhistell, professor do jovem Goffman. O que Birdwhistell ensina a seus alunos é a observação dos indícios corporais que permitem classificar seus portadores na tipologia warneriana. Assim, Birdwhistell os leva às vezes num *pub* perto do *campus* e pede para que eles determinem o pertencimento social dos consumidores a partir de suas atitudes, suas roupas, suas maneiras de beber e fumar. Por exemplo: eles reparam numa moça. Não há dúvida, ela é “UMC” (classe média alta), concluem os alunos, muito orgulhosos da sutile-

za de suas observações. Tudo indica um pertencimento “UMC”: seu *tailleur*, seus gestos etc. “Errado”, zomba Birdwhistell, “você esqueceram seus sapatos – são sapatos LMC (classe média baixa). Olhem as solas!”. E os alunos se inclinam. Goffman é apaixonado por essa maneira de proceder (Winkin, 1988, p. 22).

Tendo em vista o que foi exposto nesta terceira e última parte – e como não fosse minha intenção fazer, no espaço de um único artigo, um balanço crítico da longa e intrincada história do conceito de classe social nas investigações do sociólogo –,<sup>17</sup> pode-se concluir que se a Sociologia norte-americana se refere, *grosso modo*, ao termo “classe social” como um apanhado de símbolos de *status*, e, de outro lado, a tradição clássica europeia identifica a mesma categoria à aquisição diferencial de trunfos econômicos e ao engajamento político, a “classe social” constitutiva dos “espaços sociais” que figuram em *La distinction* escapa a essas três limitações costumeiras de estudo do tema: a sinonimização de classe e prestígio do funcionalismo normativo norte-americano, o tratamento economicista que Weber (2000, p. 185) dá à classe – que é, nessa perspectiva, sobretudo “situação de mercado” – e, por fim, a concepção marxista das classes sociais, cuja existência está conectada à dinâmica do capital e à formação de uma organização política (Marx, 1989, p. 284).

## Notas

- 1 Tal visão dos hábitos alimentares dos setores que ocupam as mais baixas posições na hierarquia social prolonga as observações feitas por Richard Hoggart (1970, p. 70), para quem “uma boa mesa”, nas classes populares inglesas, significa “mais uma refeição farta do que um cardápio equilibrado”.
- 2 “[...] é enfim uma adesão imediata, inscrita no mais profundo do *habitus*, nos gostos e desgostos, nas simpatias e nas aversões, nos fantasmas e nas fobias, que, mais do que as opiniões declaradas, fundam, no inconsciente, a unidade de uma classe” (Bourdieu, 1979, p. 83).

- 3 Embora não trate de distinções culturais de “classe”, mas sim de uma camada estamental muito específica, o estudo de Norbert Elias, de 1933, sobre a sociedade de corte, constrói uma das mais inovadoras análises da estratificação social ao enxergar no domínio intangível da etiqueta e na disposição arquitetônica dos ambientes de Versalhes cristalizações dos processos de demarcação de distância que atravessavam as relações de força na corte de Luís XIV (Elias, 2001).
- 4 Na obra *A classe operária e os níveis de vida: pesquisas sobre as hierarquias das necessidades na sociedade industrial contemporânea* (apud Poulain, 2004).
- 5 Sobre como os padrões de consumo assumem um papel importante na formação da identidade da classe média paulistana, ver O’Dougherty (1998). A respeito de como a estilização da vida era um recurso de que lançava mão a oligarquia paulista na construção de seus traços distintivos, ver Camargos (2001).
- 6 Sobre o estilo de vida dos “paulistas de quatrocentos anos” e os valores e práticas com os quais esse grupo procurou se distinguir socialmente, consultar Trigo (2001). Ver ainda, acerca das elites brasileiras, Forjaz (1988).
- 7 Como o objetivo aqui é confrontar as abordagens clássicas e contemporâneas no domínio da Sociologia do gosto, não me debruçarei sobre as diferenças internas aos estudos clássicos sobre o tema. A análise da diferenciação social empreendida por Veblen ([1899] 1988), pioneira no tratamento dos problemas do consumo ligado à posição social, tem um alcance explicativo limitado não apenas devido à sua abordagem naturalizadora – tome-se, como exemplo, as proposições profundamente essencialistas das diferenças entre os sexos –, mas também, dado o suposto de que os processos de distinção social assentam-se como que exclusivamente no chamado consumo conspícuo. Malgrado o fato de que o controle dos jogos de distinção permanece nas mãos dos privilegiados de uma sociedade, todo consumo, ostentatório ou não, é sempre e invariavelmente distintivo: ao retraduzir disposições pré-reflexivas assentadas em condições de existência bastante específicas, todo sistema de preferências é a afirmação de uma diferença inevitável que não se reduz nunca ao mero poder pecuniário. Ademais – e como bem notou Norbert Elias (2001, p. 86) –, Veblen não empreendeu, a rigor, uma análise sociológica do consumo de prestígio, pois se valeu de valorações burguesas para avaliar o comportamento econômico de outra sociedade.
- 8 Essa tendência a equivaler ou meramente superpor as diferentes variáveis de análise dá o tom de boa parte da Sociologia norte-americana contemporânea sobre o assunto. A esse respeito, ver Bryson (1997) e Peterson e Simkus (1992).
- 9 Excluo aqui o livro *A cultura dos indivíduos* (Lahire, 2006), pois, embora seu autor critique insistentemente *La distinction*, de Bourdieu, considero que as duas obras tiveram alvos muito distintos: se Bourdieu explorou a aquisição diferencial da disposição estética, Lahire voltou-se às variações intraindividuais no tocante às práticas culturais.
- 10 O ódio ao determinismo, às classes e às classificações também foi discutido em Pinto (2004).
- 11 A esse respeito, ver ainda todo o volume 36 da revista canadense *Sociologie et Sociétés* (Fridman; Ollivier, orgs., 2004). Para outra crítica (já tão “batida”) de como Bourdieu vê os gostos, essencialmente em função do pertencimento social de seus portadores, ver Fischler (1990).
- 12 Ver ainda, a esse respeito, Donnar (1999).

- 13 Como todos sabem, de antemão, de qual lado se tem mais chance de falar aquilo que “não incomoda”, não me parece um acaso que nenhum sociólogo no mundo se apresente como “holista”.
- 14 Em estudo sobre as classes dominantes francesas, Pinçon e Pinçon-Charlot (2005) notaram que o discurso depreciativo das antigas famílias a respeito da invasão do balneário de Deauville por judeus recém-enriquecidos não se devia a um antissemitismo, mas à ausência de “disposições” próprias à alta sociedade.
- 15 A esse respeito, ver Lenoir (2004, pp. 152 e 153).
- 16 Para uma exposição mais detalhada desse ponto de vista, ver Shils (1975, pp. 249 e 250).
- 17 A esse respeito, ver Pfefferkorn (2007).

### Bibliografia

- BOLTANSKI, Luc (2004), *As classes sociais e o corpo*. Trad. Regina A. Machado. 3. ed. São Paulo, Paz e Terra.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1994), “Gostos de classe e estilos de vida”, in R. Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu*. 2. ed. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_. ([1984] 1998), “Espaço social e gênese das classes”, in \_\_\_\_\_, *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (2002), *Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. (2003), *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo, Edusp/Zouk.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT MARTIN, Monique de (1976), Anatomie de goût. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2, 5: 2-81.
- BOURDIEU, Pierre et al. (1965), *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris, Minuit.
- BRYSON, Bethany (1997), “What about the univores? Musical dislikes and group-based identity construction among Americans with low levels of education”. *Poetics*, 25, (2-3): 141-56.
- CAMARGOS, Márcia (2001), *Villa Kyriall: crônica da belle époque paulistana*. São Paulo, Senac.
- DONNAT, Olivier (1998), *Les pratiques culturelles des Français*. Enquête 1997. Paris, Département des Etudes et de la Prospective du Ministère de la Culture, La Documentation Française.
- \_\_\_\_\_. “La stratification sociale des pratiques culturelles et son évolution 1973-1997”. *Revue Française de Sociologie*, XL-1: 111-19.
- EDER, Klaus (2002), “Cultura e classe: a mudança operada por Bourdieu na teoria tradicional de classe”, in \_\_\_\_\_, *A nova política de classes*. Trad. Ana Maria Sallum. Bauru, Edusc.

- ELIAS, Norbert (2001), *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FEATHERSTONE, Mike (1995), "Culturas da cidade e estilos de vida pós-modernos", in \_\_\_\_\_, *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Trad. Júlio A. Simões. São Paulo, Studio Nobel.
- FISCHLER (1990), Claude. *L'homnivore*. Le goût, la cuisine et le corps. Paris, Éditions Odile Jacob.
- FLEURY, Laurent (2004), "Abolition des classes sociales ou production d'une fiction d'égalité? La réalisation d'un espace utopique au TNP de Vilar", in J.-N. Chopart; C. Martin (dir.), *Que reste-t-il des classes sociales?*, Paris, éd. de L'ENSP.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina (1988), "Lazer e consumo cultural das elites". *RBCS*, 6 (3): 99-113.
- GOBLOT, Edmond (1989), *A barreira e o nível: retrato da burguesia francesa na passagem do século*. Trad. Estela dos Santos Abreu; Maria da Silva Cravo. Campinas, Papirus.
- IANNI, Octávio (1978), "Estratificação e história", in \_\_\_\_\_, *Teorias de estratificação social: leituras de Sociologia*. 3. ed. São Paulo, Editora Nacional.
- HALL, John R. (1992), "The capital(s) of cultures: a nonholistic approach to status situations, class, gender, and ethnicity", in M. Lamont; M. Fournier, *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*, Chicago, The University of Chicago Press.
- HALLE, David (1992), "The audience for abstract art: class, culture and power", in M. Lamont; M. Fournier, *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*, Chicago, The University of Chicago Press.
- HOGGART, Richard (1970), *La culture du pauvre: étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre*. Paris, Minuit.
- JOPPKE, Christian (1986), "The cultural dimensions of class formation and class struggle: on the social theory of Pierre Bourdieu". *Berkeley Journal of Sociology*, 31: 53-78.
- LAHIRE, Bernard (2006), *A cultura dos indivíduos*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre, Artmed.
- LENOIR, Remi (2004), "Espace social et classes sociales", in L. Pinto; G. Sapiro; P. Champagne (orgs.), *Pierre Bourdieu, sociologue*, Paris, Fayard.
- MARX, Karl (1989), "O 'coup de main' de Luís Bonaparte", in F. Fernandes (org.), *Marx-Engels*, 3. ed. São Paulo, Ática.
- MELLO E SOUZA, Gilda de (2001), *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. 4. ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- O'DOUGHERTY, Maureen (1998), "Auto-retratos da classe média: hierarquias de 'cultura' e consumo em São Paulo", *Dados*, 41 (2): 411-44.
- PETERSON, Richard A.; SIMKUS, Albert (1992), "How musical tastes mark occupational status groups", in M. Lamont; M. Fournier, *Cultivating differences: symbolic boundaries and the making of inequality*, Chicago, The University of Chicago Press.

- PFEFFERKORN, Roland (2007), *Inégalités et rapports sociaux: rapports de classes, rapports de sexes*. Paris, La dispute.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique (2005), *Voyage en grande bourgeoisie*. 2. ed. Paris, PUF (col. Quadrige).
- PINTO, Louis (2004), "Comment négocier un tournant?". *EspacesTemps.net*, Il paraît. Disponível em: <<http://espacestemp.net/document778.html>>. Acesso em: 11 nov. 2004.
- \_\_\_\_\_. (2006), "Ne pas multiplier les individus inutilement". *Revue Interrogations*, 2. Disponível em: <<http://www.revue-interrogations.org/article.php?article=39>>. [Texto traduzido por Carolina Pulicci em parceria com Marcia Consolim, a ser publicado pela revista *Lua Nova*.]
- POULAIN, Jean Pierre (2004), *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Trad. Jaimir Conte; Rossana Pacheco da Costa Proença; Carmen Silvia Rial. Florianópolis, Edufsc.
- SCOTT, John (1996), "Status, community and prestige", in \_\_\_\_\_, *Stratification and power: structures of class, status and command*, Cambridge, Polity Press.
- SHILS, Edward (1975), "Class", in \_\_\_\_\_, *Center and periphery in microsociology*, Chicago, The University of Chicago Press.
- THOMPSON, Edward Palmer (1988), *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Trad. Denise Bottmann. Vol. 2. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TRIGO, Maria Helena Bueno (2001), *Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer*. São Paulo, Annablume.
- VEBLÉN, Thorstein ([1899] 1988). *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Trad. Olívia Krähenbühl. 3. ed. São Paulo, Nova Cultural.
- WEBER, Max (2000), "A distribuição do poder dentro da comunidade. Classes, estamentos e partidos", in \_\_\_\_\_, Max Weber. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Vol. 2. Brasília, Editora da UNB.
- WINKIN, Yves (1988), "Erving Goffman: portrait du sociologue em jeune homme", in \_\_\_\_\_, *Erving Goffman. Les moments et leurs hommes*, Paris, Seuil/Minuit.
- WRIGHT MILLS, Charles ([1951] 1969), *A nova classe média (white collar)*. Rio de Janeiro, Zahar.

Artigo recebido em junho/2008

Aprovado em janeiro/2009

## Resumo

### *Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico*

O artigo discute, inicialmente, alguns trabalhos clássicos da sociologia do gosto, voltados à análise dos estilos de vida do ponto de vista das estratégias distintivas vigentes nas relações de classe. A essa tradição

mais antiga se contrapõem as visadas da sociologia da cultura contemporânea, que tendem, justamente, a contestar o suposto de que existem vínculos decisivos entre os juízos de gosto e a estrutura das relações de classe. Por fim, se conclui que os trabalhos acerca do assunto, encaminhados por Pierre Bourdieu – o “alvo” de todas as críticas dos sociólogos contemporâneos – trabalharam as hierarquias (mas também as relações) de classe de modo a compatibilizar as perspectivas unilaterais de duas tradições sociológicas de análise das classes sociais: aquela predominantemente voltada às desigualdades materiais e aos confrontos políticos (Weber e Marx) e aquela que acentua especialmente as assimetrias de prestígio (Shills e Warner).

**Palavras-chave:** Gosto; Classe; Estilo de vida; Distinção; Desigualdade.

## **Abstract**

*Sociology of Taste: Notes on a Bibliographic Confrontation*

The article discusses, initially, some classical works on the sociology of taste, which analyze the styles of life from the point of view of distinctive strategies presented in class relations. This older tradition is opposed to approaches of contemporary sociology of culture, which tend, precisely, to contest the supposition that there are crucial relationships between the judgments of taste and the structure of class relations. Finally, it argues that Pierre Bourdieu's works on the spheres of taste – the “target” of all the critiques of contemporary sociologists – emphasized the hierarchies (but also the relations) of class in a way that conciliates the unilateral approaches of two sociological traditions in the analysis of class: on the one hand, the approach which is specially concerned both with material inequalities and with political confrontation (Weber and Marx) and, on the other hand, the one that emphasizes sharp differences in prestige (Shills and Warner).

**Keywords:** Taste; Class; Style of life; Distinction; Inequality.

## **Resumé**

*Sociologie du Goût: notes sur une confrontation bibliographique*

L'article aborde, tout d'abord, quelques travaux classiques de la sociologie du goût centrés sur l'analyse des styles de vie du point de vue des stratégies distinctives présentes dans les rapports de classe. À cette tradition plutôt ancienne, il oppose les approches de la sociologie, de la culture contemporaine, qui a une tendance, justement, à contester l'hypothèse de l'existence de liens décisifs entre les jugements de goût, et la structure des relations de classe. Finalement, il conclut que les travaux sur les sphères du goût menés par Pierre Bourdieu – la “cible” principale de toutes les critiques des sociologues contemporains – ont étudié les hiérarchies (mais aussi les rapports) de classe de manière à concilier les perspectives unilatérales de deux traditions sociologiques d'analyse des classes sociales : d'un côté, celle qui met l'accent sur les inégalités matérielles et sur les confrontations politiques (Weber et Marx) et, de l'autre, celle qui insiste spécialement sur les asymétries de prestige (Shills et Warner).

**Mots-clés:** Goût; Classe; Style de vie; Distinction; Inégalité.